

## AMAZÔNIA: para além da abordagem de última fronteira<sup>1</sup>

Eliana Alves de Castro<sup>2</sup>  
Gercinéia Alves  
Francisca da Silva  
Ravela Marinho

### Resumo

O presente trabalho tem como objetivo abordar a fronteira Amazônia a partir de uma perspectiva que transponha o de última fronteira. Descrevendo os delineamentos que contribuíram para o processo de ocupação da mesma, como por exemplo, a participação dos agentes privados e principalmente o papel do estado como ator direto nesse processo, expondo suas estratégias de controle e uso da terra através da construção de megaprojetos para o desenvolvimento da região e conseqüentemente a inclusão do mesmo no cenário internacional.

**Palavras-chave:** Amazônia. Megaprojetos. Fronteira.

### Introdução

A dificuldade de se entender o conceito de fronteira amazônica ainda encontra-se presente nos dias atuais, como entender os processos históricos que se sucederam antes dos projetos de colonização efetivados até os dias atuais, desde interesses econômicos passando pela a exploração dos recursos naturais. Buscar um enfoque da Amazônia para além deste, de última fronteira a ser conquistada, mas compreender o significado desta fronteira para os diversos atores que a compõem, entender o papel do estado para a ocupação da Amazônia e as formas de apropriação da terra, privadas e pública na produção do espaço a partir dos anos de 1966. E por fim contextualizar a Amazônia no século XXI com a nova reorganização do espaço amazônico frente à implantação de megaprojetos para o desenvolvimento/progresso.

Becker (2005) toma o conceito de fronteira como um espaço não estruturado. Fronteira aqui é percebida não como um limite, mas um espaço gerador de novas realidades ao passo da organização da sociedade, um espaço social, político. A concepção de fronteira se difere a partir dos interesses, projetos e dos diferentes atores e agentes que produzem o espaço. A Amazônia neste contexto ganha novos significados e abordagens como, por exemplo, o de fronteira do capital natural que constitui a natureza como recurso e como reserva de valor a partir da logica da acumulação. A Amazônia como fronteira móvel em que valoriza o espaço como área de expansão econômica e demográfica, cujos projetos políticos nos anos de 1970 delinearam-se nesses moldes.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado à disciplina de Regiões e Regionalizações do Brasil, como composição da nota da N2, ministrado pelo Docente Professor Dr. José Alves.

<sup>2</sup> Alunas do curso de licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Acre (elianabailarina@hotmail.com, agercineia@yahoo.com.br, silva\_reis5@hotmail.com e ravelagaspar@hotmail.com).

## 1. A Amazônia além da abordagem da última fronteira

Para muitos a Amazônia ainda é considerada uma fronteira a ser conquistada, essa forma de apropriação tem um enfoque do ponto de vista governamental, visto que as regiões mais desenvolvidas do Brasil, compreende os eixos: Nordeste, Sudeste e Sul. Essa ocupação/desenvolvimento, ocorreu desde a chegada dos portugueses ao litoral, com isso desencadeou uma maior concentração populacional nessas áreas.

Diante disso, segundo Alves (2014), no período que compreende os anos de 1930-1985, tivemos um governo nacional desenvolvimentista, que corresponde a chegada ao poder do presidente Vargas, onde houve a internacionalização da economia com as exportações dos produtos primários ou agroexportador. Nesse contexto, temos a crise econômica mundial de 1929, o Estado torna-se o principal sujeito no desenvolvimento capitalista nacional, ou seja, a industrialização de substituição de importações, nesse sentido surge uma aliança entre o Estado e a burguesia nacional emergente. O novo bloco de poder é baseado no tripé capital estatal, nacional e internacional, pois nesse momento o Estado está preocupado em desenvolver o Brasil a partir das regiões Sudeste – Sul, com a implantação do parque industrial para assim poder concorrer no mercado internacional desenvolvendo o Brasil.

Para a implantação e desenvolvimento do parque industrial, o Estado necessitava instalar nas áreas circunvizinhas equipamentos públicos. Nesse período (1930-1940), temos a expansão da malha rodoviária, telecomunicações, rede de portos, entre outros, para atender a demanda do capital, neste mesmo período o Estado não está preocupado em ocupar a Amazônia, sendo que do ponto de vista econômico, a mesma não possui atrativos para o seu desenvolvimento.

De acordo com Becker (1991), no período que compreende a Ditadura Militar (1964 - 1985), o governo desenvolve planos de ação voltados para a ocupação da Amazônia. Essa ocupação se daria de forma econômica, fazendo a sua integração com o restante do país, de forma que a natureza e seus recursos não fossem entregues para os estrangeiros (Bolívia e Peru). O governo demonstra o impacto do planejamento estratégico nesse período que modificou a organização regional que se tinha naquele momento.

A Amazônia nesse contexto é vista como forma do capital expandir-se espaço de valor possível de implantação de novos arranjos além de ser considerada uma grande reserva mundial de energia e recursos naturais. Para o Estado sua potencialidade econômica e política a torna um espaço estratégico assim estruturar e controlar essa região se faz necessário.

O entendimento das especificidades da fronteira do mundo contemporâneo se baseia na construção de duas lógicas opostas: a do camponês que considera o direito à terra pelo

trabalho no campo; e, a do capital com a propriedade da terra. Outra especificação da fronteira é a ideia de espaço vazio uma noção puramente estratégica que serviu de justificativa para o modelo de expansão e integração do estado nacional.

Para Becker (1991), o significado de fronteira está no uso do solo feita pelos pequenos produtores ou comunidades que vivem na região e a chegada de grandes empreendimentos capitalistas, conseqüentemente, ocorrendo os conflitos pelo domínio da terra. Para as comunidades da região essa nova forma de apropriação do território, tem interesse estrategicamente econômico, visto que a região é dotada de uma vasta floresta, rica em diversidades florestais, fauna e flora, além das bacias hidrográficas, e áreas para exploração mineral, servindo economicamente, daí o interesse tanto do Estado em desenvolver a região para a exploração destes, quanto o interesse internacional na apropriação dos recursos ainda disponíveis na região.

Para compreender o significado da fronteira e o papel do Estado, as formas e o grau de apropriação da terra, Becker (1990) aborda alguns delineamentos estruturais para o processo de gestão espacial da Amazônia, descrevendo as estratégias do estado ao qual criar as condições para apropriação da terra principalmente para acumulação monopolista ao tempo em que integra e ordena o território. Assim conceitua-se a fronteira como um espaço não plenamente estruturado e, por isso, dotado de elevado potencial político. Além disso, chama a atenção para a dinâmica da transformação social aquela comandada pela população e diversas forças sociais no processo de expansão da Amazônia que ao mesmo tempo vivenciam a produção de uma nova Amazônia. Enfatiza que a expansão da fronteira só pode ser entendida a partir do contexto da inserção do Brasil no capitalismo global.

## **2. A diversas formas de apropriação da terra: pública e privada**

O Estado Brasileiro passou a ter a maior atenção a partir da segunda metade do século XIX, devido a dois fatores importantes: o socioeconômico e o político, quando a economia do país começou a sofrer com crise na produção cafeeira. Foi a partir desse momento que os ingleses descobriram a vulcanização da borracha, esses fatores colaboraram com o processo de transformação da borracha amazônica sendo como um dos principais produtos de suporte para a economia brasileira, principalmente no período da II Guerra Mundial. Portanto com o intuito de consolidar o processo de exploração da borracha foram necessárias medidas de caráter político administrativo como estratégia do governo federal em ocupar a Amazônia, com projetos e programas específicos para determinada área da região.

O povoamento da Amazônia sempre esteve ligado à expansão do capital mundial, por isso a inserção do Brasil no sistema capitalista mundial é muito importante neste contexto, também existe uma lógica nacional além das especificidades regionais.

Segunda Becker, (1990) o monopólio da terra se deu a partir de 1960 a partir dos incentivos fiscais e créditos especiais esses mecanismos possibilita a concentração de terra o qual confere a fronteira amazônica o caráter de fronteira agrícola. As Diversas formas de apropriação da terra se deram com a intervenção direta e indireta do estado como responsável em controlar e constituir os agentes para apropriação privada.

A atividade que se tinha na Amazônia era a atividade agrícola com a instituição do monopólio da terra, empresas agropecuárias e fazendeiros se juntavam na organização da atividade produtiva baseada na criação de gado para corte e a exploração da madeira complementa o quadro do uso da terra. Os projetos de apropriação subsidiada da terra para os projetos agropecuários aprovados pela Sudam desenvolveram-se graças à política de inserção fiscal, esses projetos concentraram-se nos estados do Pará e do Mato Grosso. E no leste amazônico nos estados de Rondônia e Acre, conforme quadro abaixo.

**Quadro 1 - As formas privadas de apropriação da terra a partir dos anos de 1966.**

Agentes	Processo de ocupação	Forma de uso	Concentração	Meio de instalação	Objetivos do governo
<b>Empresas agropecuárias</b>	Concentração da terra por empresas com sede em São Paulo e Minas Gerais. Compra das terras dos fazendeiros e expulsão dos posseiros ou assassinatos.	Desmatamento acelerado e crescente. Utilização de trabalho assalariado e aviões para aplicar desfolhante e defensores.	Porção oriental da fronteira amazônica Sul do Pará e norte do Mato Grosso	Projetos da SUDAM.	Ocupação rápida de grande extensão de terras.
<b>Fazendeiros individuais (pecuaristas por tradição).</b>	Posse por compra grilagem ou expulsão	Desmatam menos, porém é contínuo. Uso de mão de obra rentista.	Vinculados a estradas eixo Belém-Brasília e norte de Goiás	Financiamento do Banco do Brasil e Pró- Terra (programa de redistribuição de terras e estímulo à agroindústria do Norte e Nordeste.)	
<b>Pequenos produtores</b>	Posseiros, meeiros Número maior, porém menor em área apropriada. Adiantavam-se às frentes de trabalho de construção de estradas.	-	Ao longo das rodovias federais e estaduais e das estradas abertas por serrarias e empresas.	-	-
<b>Grileiros</b>	Falsificação de título de propriedade e documentos Por Um fazendeiro ou intermediário das empresas	-	Áreas de domínio de empresas e fazendas Norte do mato Grosso Ocupação de terras indígenas.	-	-

Fonte: (BECKER apud MACHADO, 1991).

Segundo o censo agropecuário em 2017 demonstra as características e a produção dos estabelecimentos agropecuários Brasileiros, as áreas destinadas à agricultura e pecuária são 350 milhões de hectares. 45% usam de pastagens, 18% em lavouras. São 5 milhões de propriedades rurais e 15 milhões de trabalhadores rurais.

Na pecuária em rebanhos bovinos destacam os estados de Mato Grosso, Pará, Minas Gerais e Goiás. Na agricultura, lavoura de cana de açúcar destacam-se nos estados de Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, São Paulo e Paraná. No plantio do milho nos estados de Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, Paraná e Mato Grosso do Sul. No cultivo de soja, vemos os estados de Mato Grosso, Goiás, Paraná e Rio Grande do Sul.

Segundo Costa (1998, p. 51) “esse primeiro ciclo de políticas regionais explícitas será encerrado com uma decisão da maior importância para o futuro da região amazônica. Trata-se da criação SPVEA (superintendência do plano de valorização econômico da Amazônia, em 1953”.

Conforme Costa (1998, p. 63) o principal plano global de desenvolvimento desse período, já na década de 70, é o primeiro plano nacional de desenvolvimento econômico e social, valido para os anos de 1972 a1974. O objetivo da política regional tem por base fundamentalmente, o PIN - Programa de Integração Nacional.

E por fim em 1974, é editado o II PND, para ao ano de 1975 a1979, este plano seriam pautado em diretrizes maiores de desenvolvimento, tal plano procederia um novo patamar político econômica global do país. E o crescimento estava principalmente interessado daqueles setores que pudesse contribuir para crescimento das exportações.

De acordo com Becker (1991) e Costa (2011), os projetos de apropriação subsidiada da terra para os projetos agropecuários aprovados pela Sudam desenvolveram-se graças à política de inserção fiscal, esses projetos concentraram-se nos estados do Pará e do Mato Grosso, e oeste amazônico nos estados de Rondônia e Acre.

Segundo Costa (2011) os processos de ocupação na Amazônia temos a colonização dirigida pelo governo e por iniciativa privada, esta consolidou mais especificamente em Mato Grosso no eixo da Rodovia Cuiabá-Santarém e Vale do Araguaia.

A ocupação da região, acontecem de forma controlada pelo governo, e para coordenar essa ocupação foi criado no ano de 1970 o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Os programas que o INCRA desenvolveu para a colonização foram: PIN (Programa de Integração Nacional), PIC (Projeto Integrado de Colonização), PA (Projeto de Assentamento) e o PAR (Projeto de Assentamento Rápido) (BECKER, 1991).

**Figura 1- Mapa da Ocupação da Amazônia em 1970**

Fonte: (BECKER apud MACHADO, p. 15, 1991).

Com relação a articulação territoriais e o planejamento do governo podemos referenciar um papel importante nos programas de desenvolvimentos da região amazônica como: Programa de Integração Nacional (PIN – Decreto Lei nº. 1.106 de 16/06/1970); I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND, 1972/1974); II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND, 1975/1979); outro Projeto importante foi o RADAM (Radar da Amazônia, criado em 1970).

### 3. Contextualização da fronteira em fins do século XXI: as estradas, hidrovias, hidrelétricas, exploração de petróleo e gás

Segundo Alves (2014, p. 55) “Ação do governo após a metade do século XX como a Amazônia brasileira” entra em um processo de integração como fronteira econômica, e um dos fatores foi a infraestrutura energética, que intensificou o capital com relação apropriação da natureza, na articulação dos projetos de infraestruturas políticas territoriais, planejado e executado pelo estado, com financiamento internacional.

Conforme (MARTINS, 2009 apud ALVES, 2014, p. 60)

o estudo e análise da fronteira no Brasil, e na Amazônia em particular, revela sua situação de conflito social, que na sua “interpretação, nesse conflito, a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade”, de descoberta do outro e de desencontro. “O desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas”, da reprodução dos grupos que se levado em conta a complexidade da frente de expansão e frente pioneira, permite compreender que os grupos estão situados diversamente no tempo da história – indígenas, caboclos, camponeses, ribeirinhos, seringueiros. Mas tempo e espaços são “revelados” na fronteira, e em suas expressões como frente de expansão e frente pioneira, pode-se compreender os avanços, meandros e estratégias do capital para sua reprodução ampliada, em seu desenvolvimento desigual, contraditório e combinado, da sua expansão

territorial no domínio, controle e exploração/superexploração do outro, à sua lógica.

Ainda nesta contextualização de fronteira podemos está relacionado ao contexto histórico referente apropriação do espaço amazônico. Portanto podemos dizer que a fronteira é uma análise da transformação da Amazônia que a fronteira como espaço não é plenamente estruturada, e por isso gerador de novas realidades.

A imagem mais conhecida da Amazônia é de uma grande área de uma bacia hidrográfica, a maior do mundo, coberta por uma extensa floresta tropical úmida, área de aproximadamente 8 milhões de Km<sup>2</sup>. Porém especificidade e sua virtualidade histórica fazem com que apesar das transformações ocorridas nas duas décadas ainda permanece valido, levando em consideração que Amazônia tem sua complexidade em um novo contexto histórico, que vivemos hoje, e não mais em um projeto de integração nacional com autoritarismo da época da ditadura militar.

Segundo Carlos Walter Porto Gonçalves <sup>3</sup>ao longo da década de 1990, se formou uma Iniciativa de Integração Regional Sul Americana – IIRSA que tiveram seus protagonistas Vicente Fox, pelo México, e Fernando Henrique Cardoso, pelo Brasil, a partir de 2000 e essa forma material se deu por construção de hidrelétrica, portos, aeroportos e comunicações.

Estamos diante, pois de uma reconfiguração geográfica profunda regional/continental e global, que abre uma nova fase de acumulação de capital. O acesso à água, a terra, o solo, e seus minérios, petróleo e gás e disputado por setores com poder desigual, pois os EIDs <sup>4</sup>e seus corredores atraem grandes capitais que apropriam da renda da terra, impõem sua dinâmica, grandes volumes de produção.

Em 2010, a UNASUR (união das Nações Sul Americanas) passa a tomar controle do portfólio de projetos da IIRSA, com o COSIPLAN (Conselho Sul Americano e Infraestrutura e Planejamento). Há 544 projetos com um montante de 130 bilhões de dólares. Dos seus 31 projetos prioritários, 14 dizem respeito diretamente á Amazônia. Todos esses casos são projetos de energia, transportes e comunicações, como represas hidroelétricas, estradas, hidrovias, ferrovias, canais, portos, aeroportos e cabos de comunicações (GONÇALVES, 2017, p. 50).

A magnitude dos impactos socioambientais causados pelos megaprojetos é de uma ordem qualitativamente mais alta que nas ondas prévias da expansão de fronteiras devido ao tamanho alcance geográfico dos empreendimentos [...] (PORTO-GONÇALVES, 2017, p. 23,)

<sup>3</sup> GONCALVES, Carlos Walter Porto, é o autor do Livro AMAZÔNIA, da qual cita sobre o IIRSA, p 39.

<sup>4</sup> EIDs – Eixo de Integração e Desenvolvimento.

Há uma correlação direta entre a abertura e pavimentação de estradas, pavimentação e o desmatamento. Nos últimos 30 anos, mais de 70 milhões de hectares de floresta tropical foram derrubados, principalmente no Brasil, aproximadamente 19% de sua floresta amazônica de 1978 e 2016<sup>5</sup> ou seja, quase 50 vezes em toda uma história.

Os megaprojetos de infraestrutura, com a construção das estradas/hidroviárias/ferrovias/portos tem por objetivo facilitar a circulação das mercadorias no espaço geográfico. GONCALVES (2017) relata que até 2012, existiam na Amazônia 171 hidrelétricas em operação, e não para por aí, estão previstas até 2020, construção de 246 hidrelétricas nos planos energéticos nacionais.

Na Amazônia, segundo a RAISG, existe 327<sup>6</sup> lotes petrolíferos que cobrem uma área de 1.082.704 km<sup>2</sup> (14% de toda superfície amazônica). Importante frisar que 71 empresas petrolíferas estão presentes na Amazônia, com destaque para as empresas estatais. Também podemos citar na Amazônia 52.974 zonas mineiras, uma área de 1.628.850 km<sup>2</sup> o que corresponde a 21% de uma superfície ou seja, O Brasil em primeiro lugar tem 80% dessas áreas, e o em segundo lugar Peru 11%, a Guiana é o país com a maior porcentagem de zonas mineiras com 67% de seu território amazônico. A Bolívia é o país com menor proporção de zonas mineiras em sua região amazônica, com 0.8%.

O Brasil dispõe de aproximadamente 60% da área de toda região amazônica, é o país de maior dinamismo econômico capitalista no subcontinente e, não sendo um país com ligação geográfica direta com o Pacífico, está se vendo diante da necessidade de fazer uma grande manobra, em busca dessa conexão. Essa é a razão pelo qual o Brasil vem protagonizando a Iniciativa de Integração Regional Sul-Americana (IIRSA) retomado desde a posse do Presidente Luiz Inácio Silva, 2003, o histórico projeto nacional estabelecido pelos estrategistas militares de afirmação do Brasil como potência regional (PORTO-GONÇALVES, p. 86, 2017).

Desafio do desenvolvimento implantado de infraestrutura, prazo de 10 anos para implantação do processo de integração das infraestruturas na região. Foram analisados impactos dos projetos quanto ao econômico, sociais e ambientais. Analisados todos os processos, chegaram ao um consenso, 31 projetos, sendo 28 na área de transportes, 01 na área de energia e 02 na área de comunicações.

---

<sup>5</sup> Fontes: PORTO-GONCALVES, Carlos Walter, autor do Livro AMAZÔNIA, p. 54.

<sup>6</sup> Fontes: PORTO-GONCALVES, Carlos Walter, autor do Livro AMAZÔNIA, p. 74.

Qualquer empresa que se instalar na região vai conseguir lucros extraordinários. Devemos lembrar que quando o Governo militar, olhava para Amazônia, pensava em economia, precisava ser integrada, a economia nacional, era um “espaço que precisava ser ocupados”. Vivemos uma nova fase dos grandes projetos na Amazônia, focada em consumir água e os minérios, estão avançando em lugares tradicionais “indígenas” com projetos de abertura de estradas, exploração de petróleo e gás. É preciso forças e lutas em lugar de derrubar, mantê-la Amazônia em pé.

### Considerações finais

Como vimos, caracterizar a fronteira amazônica é uma árdua tarefa, pois a mesma possui múltiplos olhares de acordo com os diversos interesses, cada conceito vai de acordo com a abordagem e especificidade que o ator social em questão quer abordar. A construção do conceito de fronteira, inicialmente é feita com base nos interesses econômicos que a região proporciona para o desenvolvimento do país, esse é um dos discursos adotados por muitos governos e entidades ligadas ao capital internacional.

O desenvolvimento começa com a implantação de megaprojetos voltados a canalização dos recursos abundantes e disponíveis na região, visto que as populações locais não dispõem de infraestrutura suficiente para a utilização dos mesmos, daí o interesse pela exploração dos recursos naturais pelas entidades detentoras de capital estrangeiro.

Essa nova forma de apropriação da Amazônia através de megaprojetos, é um discurso atual adotado pelo governo, para o desenvolvimento da Amazônia, a fim de trazer o progresso para a região e incluir a mesma junto ao capital internacional, visto que possui uma grande diversidade de fauna, flora, animais, entre outros, o uso e a exploração dos recursos seria uma forma conhecer as potencialidades da região e captá-las de forma benéfica.

### Referências

- ALVES, José. **A revolta dos trabalhadores em Jirau (RO):** Degradação do trabalho represada na produção de energia elétrica na Amazônia.2014.671f. Tese de doutorado em geografia: Universidade estadual paulista. Faculdade de ciências e tecnologia. Presidente Prudente,2014.
- BECKER, Bertha K. **Amazônia**. 2. ed. São Paulo: Editora Ática – Série Princípios, 1991.
- BECKER, B. K; MIRANDA, M; MACHADO, L.O. **Fronteira Amazônica:** Questões sobre o gestão do território. Rio de Janeiro: Editora Universidade de Brasília, 1990.
- BECKER, Bertha K. **Geopolítica da Amazônia.** *Estud. av.* [online]. [S.I.], v.19, n.53, p.71-86. abr.2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n53/24081.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2018.
- BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia:** a guerra na floresta. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S. A. 1992.

COSTA, Wanderley Messias de. **O Estado e as Políticas territoriais no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. 2.ed. rever. Atual. São Paulo: contexto, 2009.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia: encruzilhada civilizatória tensões territoriais em curso**. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2017.

Submetido em: agosto de 2018.

Aceito em: setembro de 2018.